

JANOT ENTRA COM MS CONTRA CORTES NO ORÇAMENTO DO JUDICIÁRIO E DO MPU

PGR quer anular mensagem presidencial que chegou ao Congresso Nacional

No dia 5, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, impetrou Mandado de Segurança (MS), com pedido de liminar, contra os cortes orçamentários do Judiciário e do MPU feitos pela presidenta Dilma Rousseff.

Tal ação, segundo adiantado por Janot aos coordenadores do Sindjus Ana Paula Cusinato e Jailton Assis, em reunião ocorrida no dia 2, integra a agenda construída em conjunto com Lewandowski para viabilizar o nosso reajuste.

Por considerar que houve lesão à competência constitucional do Legislativo de definir o orçamento e violação à independência e à autonomia administrativa e financeira do MP e do Judiciário, Janot pede a anulação da mensagem presidencial que encaminhou as propostas orçamentárias ao Congresso Nacional com abertura de prazo para envio de novas propostas conforme encaminhadas pelo Judiciário e MPU.

E tem mais, ao pedir liminar, o PGR ar-

gumenta que há urgência na apreciação do pedido. Sem dúvida alguma, a greve dos servidores, somada ao trabalho de articulação do Sindjus junto às cúpulas do Judiciário e do MPU, é responsável por essa conquista.

Além das ações que serão encaminhadas por entidades representativas nacionais contra os cortes orçamentários, o PGR demonstrou que está falando a mesma língua que nós na defesa da autonomia das instituições e do reajuste para todos.

REPÚDIO À FRAGMENTAÇÃO DO JUDICIÁRIO

O reaquecimento da discussão da carreira própria para os servidores do STF e o envio da GRAEL (Gratificação Eleitoral) ao Congresso Nacional indicam que devemos permanecer firmes na luta contra a cisão do Poder Judi-

ciário. Para reforçar nossa posição, bem como dar os devidos encaminhamentos e também visibilidade a ela, aprovamos na assembleia-geral (5) moção de repúdio à carreira própria do STF, à GRAEL e aos projetos de lei

que visam à multiplicação das FCs. A moção aprovada será ser encaminhada a todas as autoridades competentes do Poder Judiciário/MPU e Legislativo. No dia 8, o Sindjus deu início ao envio do documento.

CATEGORIA CONTINUA APOSTANDO NA GREVE

A última assembleia-geral (5) decidiu pela continuidade da greve por tempo indeterminado com objetivo de seguir pressionando os chefes do Judiciário e do MPU

por um acordo com o Executivo em torno da aprovação do nosso reajuste.

Dessa forma, pede para que os colegas que estão na greve participem dos atos

e demais atividades sem se esquecer de buscar sempre novas adesões à greve no intuito de fortalecer esse exército de guerreiros que luta pelo reajuste para todos.

Por um placar apertado (158 votos favoráveis ao ato, 147 contrários e 6 abstenções) a assembleia decidiu realizar um ato, no dia 10, às 15h, em frente ao STF, durante a cerimônia de posse do ministro Lewandowski como presidente do Supremo. Em seguida, ampla maioria decidiu que tal ato será silencioso, com mordanças e camisetas pretas. É importante que todos participem dos atos aprovados pela assembleia:

AGENDA DA GREVE DE 8 A 12 DE SETEMBRO

DIA 8

Ato no TJDF/MPDFT,
às 15h

DIA 9

Ato na Justiça Federal
(SAUS), às 15h

DIA 10

Ato no STF (silencioso),
às 15h

DIA 11

Ato no STF,
às 15h

DIA 12

Assembleia-geral, às 15h,
na Praça dos Tribunais (SAUS)

PANELAÇO PELO REAJUSTE!

04.09.14

